



OS DESAFIOS DE BOLSONARO PARA O NORDESTE

Com 13 milhões de votos nos nove estados da Região, o presidente Jair Bolsonaro terá pela frente a tarefa de enfrentar a pobreza, a fome, a criminalidade e a seca. Em mensagem publicada no Twitter, ele ressaltou que o Norte e Nordeste terão olhar especial do seu governo, principalmente pelo grande potencial econômico que possuem. [POLÍTICA A3](#)

A difícil conquista dos nordestinos

Com 13 milhões de votos em nove estados da região, o presidente Jair Bolsonaro terá pela frente a tarefa de enfrentar a seca, fome e criminalidade

O Nordeste se tornou um campo de batalha política no primeiro e segundo turnos das eleições. O petista Fernando Haddad venceu em todos os estados da região. Esse fato revela que este eleitorado foi o que menos se convenceu com o discurso do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Ele recebeu 13 milhões de votos nos estados nordestinos ante os 20 milhões do oponente. Com a equipe ministerial fechada, nenhum dos integrantes do primeiro escalão é nordestino. Mais do que um grande colégio eleitoral, a terra onde nasceu Padre Cícero serviu de inspiração para os poemas de Jorge Amado e foi palco de reflexões sobre a natureza por Castro Alves, representa um grande desafio para o desenvolvimento humano e para o próximo chefe do Executivo, que terá como dever combater problemas históricos e garantir a dignidade de milhões de nordestinos.

Atualmente, além da violência endêmica que cresce na região, os moradores enfrentam o grave problema da fo-

me, que já atinge 6 milhões de habitantes. A seca extrema, que atinge a região durante seis meses do ano é responsável pela morte de animais e de plantas e provoca a escassez de alimentos. Outro drama é a pobreza, que castiga a população nordestina. De acordo com o IBGE, lá estão as menores rendas das cinco regiões do país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Maranhão tem o rendimento per capita mais baixo das 27 unidades da Federação. Na cidade de Água Doce, no estado, de acordo com levantamento do IBGE do ano passado, a renda média por pessoa entre os 12 mil habitantes é de R\$ 172 por mês. Esse valor está próximo dos R\$ 136 mensais definidos pelo Banco Mundial para caracterizar extrema pobreza.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que a cada R\$ 1 investido no Bolsa Família, R\$ 1,78 é injetado na economia, com elevação do Produto Interno Bruto (PIB). Isso ocorre,

de acordo com o estudo, por conta do programa movimentar a economia dos pequenos municípios. O impacto do programa no Nordeste é duas vezes maior do que nas demais regiões do país, já para cada R\$ 1 investido na Previdência, o retorno é de R\$ 0,50.

O encolhimento da renda no Nordeste foi de 6,5% ante 4,3% no Brasil. Um total de 29,3% dos domicílios da região recebem bolsa família, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada no ano passado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O professor Marcelo Neri, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, afirma que o próximo presidente terá que manter e expandir programas como o Bolsa Família, para garantir renda e redução da pobreza na região. "É importante pensar em melhorias no programa de transferência de renda. Uma das propostas que surgiram foi a concessão de 13º salário aos beneficiários

do programa", defende. Na opinião de Neri, seria importante também que o recurso extra pudesse ser sacado em qualquer época em que o usuário precisasse. "É necessário compatibilizar esses programas com a criação de incentivo para que as pessoas queiram buscar emprego", disse.

Em mensagem publicada no Twitter, na sexta-feira, o presidente eleito respondeu a críticas sobre seus planos para estados nortistas e nordestinos e disse que muitos brasileiros da região vão trabalhar diretamente com ele nos próximos quatro anos. "Ressalto ainda que as regiões Norte e Nordeste terão olhar especial do nosso governo, principalmente pelo grande potencial econômico que possuem", escreveu.

TRANSPOSIÇÃO

Entre os desafios para melhorar a imagem no Nordeste, está consolidar a transposição do Rio São Francisco. Com seis anos de atraso, o Eixo Norte do Projeto de Transposição do Rio São Francisco está em andamento no sertão nordestino. A intenção é que essa etapa, quando pronta, leve água para Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, beneficiando 12 milhões de pessoas.

O governo promete que o Eixo Norte fica pronto ainda este ano. O próximo presidente, além de realizar obras adjacentes, deve trabalhar pela preservação do rio, para garantir a vazão da água nos tempos de seca e impedir a destruição de nascentes. De acordo com o Ministério da Integração Nacio-

nal, a obra está com 96% do projeto concluído.

O aumento da criminalidade na região também é um problema a ser enfrentado. O Comando Vermelho, a segunda maior facção, avança pela região. A taxa de homicídio explodiu nos últimos anos. O Rio Grande do Norte se tornou, no ano passado, o estado mais violento do país. Foram registradas 2.386 mortes intencionais em 2017.

Entre 2014 e 2017, o número de homicídios na região aumentou 30%. A facção criminosa Sindicato Família do Norte trava uma guerra contra o Primeiro Comando Capital. Nos últimos dias, o governo teve de mandar a Força Nacional devido aos ataques em várias cidades cearenses. (Agência Estado)

ANNA CLARICE ALMEIDA/DP/D.A PRESS



Problemas históricos, como a seca, têm de entrar na lista de prioridades do governo

Uma casa e as múltiplas faces

A partir de fevereiro de 2019, o Congresso Nacional passará pelo maior índice de renovação desde a redemocratização. Caciques reconhecidos pela articulação política deixam a Casa e dão espaço a novos nomes ainda inexperientes na atividade legislativa. Novas bancadas serão formadas, e siglas que antes tinham um papel expressivo na Casa perdem espaço para partidos que têm sido, até agora, menores, como é o caso do PSL, legenda do presidente Jair Bolsonaro. As pautas que circularão em plenário, baseadas no perfil dos congressistas novatos e do futuro governo de Jair Bolsonaro, serão liberais na área fiscal e tendem pelo conservadorismo nos costumes.

E a oposição deve agir de maneira expressiva. É como especialistas avaliam os próximos quatro anos do Parlamento.

O PSL, por exemplo, conquistou o segundo maior número de parlamentares eleitos na Câmara — atrás apenas do PT — com 52 deputados. Em 2014, o partido conseguiu eleger apenas um político e, atualmente, reúne oito representantes. No Senado, conseguiu emplacar quatro congressistas — entre eles, Flávio Bolsonaro, o filho do futuro chefe do Executivo. O crescimento do PSL é um fator importante do ponto de vista social e político, porque chega ao poder arrastado pelo fenômeno Bolsonaro, segundo o analista político da Universida-

de Católica de Brasília, Creomar de Souza. Ele destaca que, com isso, a base aliada do governo já é expressiva. Contudo, como a sigla não foi organicamente estruturada ao longo do tempo, discussões internas já começam a surgir.

“A falta de gradualismo leva ao fato de que os novatos vão tentar disputar poder e espaço. Os atritos que se tornaram públicos fazem parte de um processo natural, porque cresceram rápido demais e ainda não se ajustaram”, explica. Mas, se não chegarem a um acordo, podem se tornar uma dor de cabeça para o futuro presidente do país. Em encontros entre ele e os futuros representantes do PSL

no Parlamento, Bolsonaro pediu que tivessem “serenidade” para conduzirem a atividade legislativa.

O fato é que, sem caciques na articulação da Casa, o perfil do Legislativo ainda está em aberto. “O novo Congresso terá características interessantes. A primeira é que houve um nível bom de renovação, em que algumas figuras que fazem barulho nas redes sociais terão mandato, caso do Kim Katagiri (DEM-SP), e parlamentares antigos deixam o poder. Mas a principal novidade é que teremos um Congresso desafiado pelo fato de que, ao menos de início, Bolsonaro parece não ter nenhum interesse em reproduzir a estratégia do toma lá dá cá, que marcou o advento da Nova República”, ressalta.

Em contrapartida, Bolsonaro também precisará lidar com o PT, que começa 2019 com 56 deputados. A sigla do presidencial derrotado em segundo turno, Fernando Haddad, já afirmou que será oposição, contudo, não está formalmente inserida na frente contra o futuro governo. O grupo formado pelo PDT, PCdoB e PSB prefere manter independência em relação à bancada petista no Congresso que, por ter maior peso, tendia a liderá-lo.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Expectativa em relação à atuação do novo Congresso